

DIETRICH, Ana Maria, *Caça às suásticas, o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*. São Paulo: Humanitas/ Fapesp/ Imprensa Oficial, 2007, 387 p., ilustrado.

***Caça às suásticas analisa a repressão ao partido nazista
em São Paulo na Era Vargas***

Maiza Garcia

Jornalista pela PUC – SP

Estudante de Graduação em História / USP



Caça às suásticas, o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política, de Ana Maria Dietrich, acabou de ser lançado pela Imprensa Oficial em parceria com a Editora Humanitas (USP) e PROIN (USP). O livro é uma adaptação da dissertação de Mestrado da autora defendida no Departamento de História da USP.

Ana Maria Dietrich, hoje professora de História Contemporânea da Universidade Federal de Viçosa, é historiadora, jornalista e estuda o tema do nazismo no Brasil, pela USP, há 13 anos, desde a Iniciação Científica. Foi pioneira na pesquisa dos arquivos da extinta Delegacia Estadual de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo. Tais documentos, sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), foram abertos ao público em 1994 e esta primeira pesquisa esteve ligada ao Projeto Integrado AESP/USP – PROIN. Este contato resultou na publicação do livro *Alemanha*, de sua co-autoria, na coleção “Inventário DEOPS” (1997).

O grande objeto de pesquisa de *Caça às suásticas* é a história da repressão ao Partido Nazista no Estado de São Paulo. Este possuía, no final dos anos 1930, a maior concentração de alemães natos, vindos da República de Weimar (1919-1933). Isto justifica o porquê de ter-se pesquisado somente os arquivos do DEOPS/SP, até então inéditos ao grande público. O livro agrega informações sobre os mecanismos utilizados pela polícia na repressão, controle e vigilância daqueles considerados suspeitos.

O Partido Nazista funcionou legalmente no Brasil de 1928 a 1938. Durante este período, todas as suas ações eram autorizadas pelo Estado. Não havia repressão alguma e inclusive representantes do governo Vargas (1930-1945) compareciam às festividades do Partido nesse período.

Os objetivos em território brasileiro foram vários. Em um primeiro momento, até 1933, quando o Partido ainda era embrionário, o combate ao comunismo e favorecimento das eleições de Hitler são colocados como metas. Com o passar do tempo, outros fins foram se agregando: a propaganda das idéias nacionais-socialistas, centradas principalmente nos discursos de Hitler; a formação de uma juventude hitlerista; a criação da Volksgemeinschaft (Grande Comunidade Nacional) de alemães residentes além da fronteira do Reich e, finalmente, o repatriamento dos alemães que aqui moravam, através de incentivos de trocas de câmbio favoráveis.



Capa do livro *Caça às Suásticas*.

Dietrich investigou três instituições ligadas ao Partido: a Escola Alemã de Vila Mariana, na cidade de São Paulo; o jornal Deutscher Morgen (Aurora Alemã) – publicado em alemão semanalmente de 1932 a 1941 e principal meio de difusão das idéias partidárias –; e o Banco Alemão Transatlântico, todos com prontuários no DEOPS/SP. São várias as peculiaridades encontradas nos prontuários, porém as informações mais surpreendentes encontram-se ligadas à Escola. Segundo os relatórios da polícia, os professores iniciavam as aulas com a típica saudação “Heil Hitler!” e era visível, em seus uniformes, a suástica nazista. Os alunos eram agremiados na Juventude Hitlerista, cantavam os mesmos hinos e tinham as mesmas atividades da similar na Alemanha.

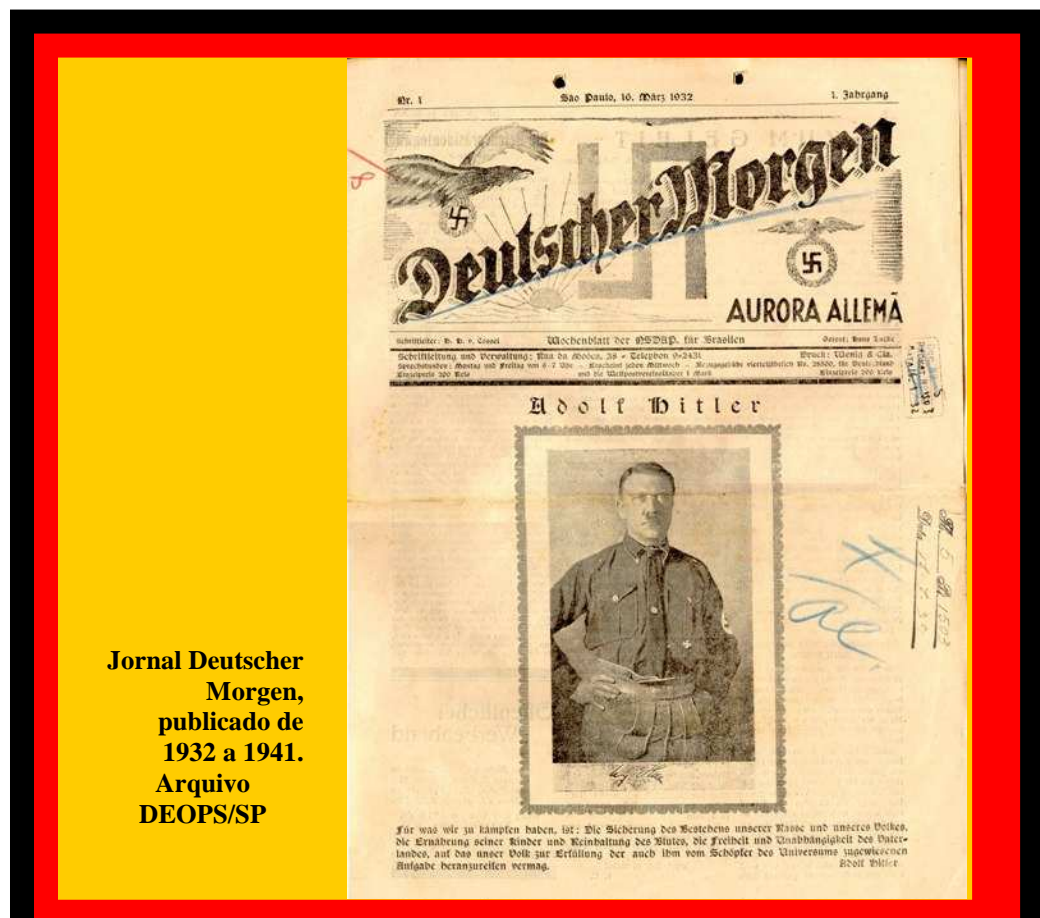
O nazismo foi disseminado em todos os segmentos da comunidade alemã de São Paulo e dos outros 16 estados brasileiros em que o Partido esteve presente. O ódio aos judeus, o amor à guerra, o desejo da construção da Volksgemeinschaft, dentro da qual os alemães no exterior tinham lugar garantido, eram temas tão comuns na Alemanha nazista como em São Paulo, nos anos 1930. Este é um ponto importante analisado pela historiadora: o Partido era destinado aos alemães natos residentes no Brasil e somente eles podiam filiar-se.



Hitler em demonstração atlética na Alemanha. Arquivo DEOPS/SP

A partir de 1937, com a ditadura do Estado Novo, todos os partidos foram postos na ilegalidade pelo governo. No ano de 1938, com os decretos de nacionalização que afetaram vários segmentos da sociedade – inclusive a Escola Alemã, que teve seu nome mudado para Benjamin Constant e seus professores alemães substituídos por brasileiros, foi a vez dos partidos estrangeiros entrarem na ilegalidade, inclusive o nazista.

O Partido continuou em funcionamento clandestino, porém ainda não era perseguido politicamente pela polícia. Mesmo com a eclosão da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil ainda fazia vistas grossas à atuação dos nazistas no território nacional. Os motivos eram as estreitas relações comerciais dos governos brasileiro e alemão e a simpatia do presidente Vargas pelo regime adotado por Hitler. A posição brasileira em relação ao conflito era neutra, por isso a relativa paz destinada aos alemães residentes no Brasil.

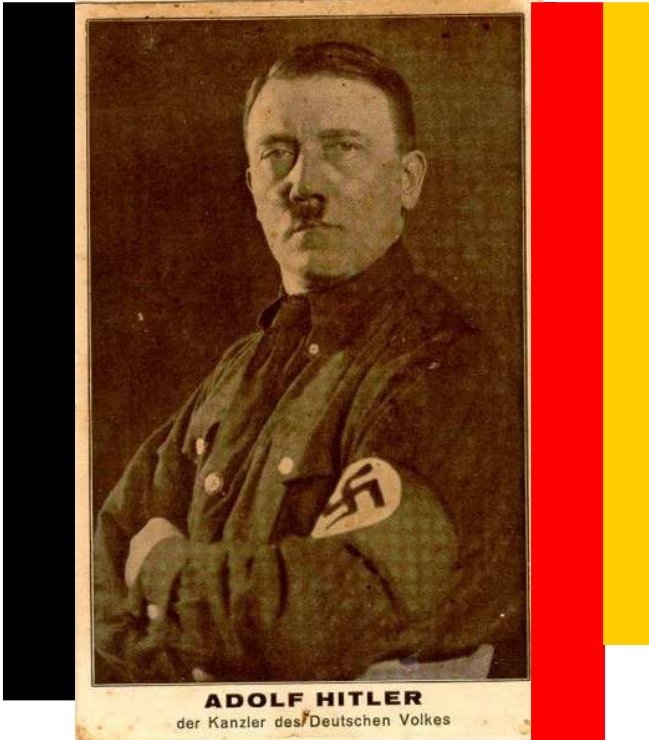


**Jornal Deutscher
Morgen,
publicado de
1932 a 1941.
Arquivo
DEOPS/SP**

A partir do momento que o País entrou na guerra, em 1942, a situação mudou completamente. Todos os alemães – inclusive os judeus – passaram a ser suspeitos de endossar os ideais nazistas e taxados de “súditos do Eixo” Berlim-Roma-Tóquio. Eles foram proibidos de falar sua língua nativa em público, de possuir máquinas fotográficas e rádios – considerados “armas brancas” – e passaram a ter que pedir permissão à polícia para poder transitar pelo território brasileiro.

Agora, eram todos considerados inimigos militares do Brasil e as prisões passaram a ser em massa. O Partido Nazista foi extinto, com a imediata saída de seus dirigentes para a Alemanha.

Esta é uma das grandes descobertas da pesquisadora, o fato de a “caça às suásticas” ter ocorrido apenas a partir do momento em que o Brasil se posicionou perante a 2ª Guerra Mundial e ao lado dos Aliados. A perseguição ocorreu durante apenas quatro anos, ou seja, até o fim do conflito e o desmantelamento do partido na Alemanha. Quando comparado ao tempo de atividade do nazismo no Brasil – 14 anos – e à empreitada policial de combate ao comunismo na História do País – desde a fundação do Partido Comunista, em 1922, até praticamente o fim da Ditadura Militar, nos anos 1980 – constata-se que é muito pouco.



Dietrich critica, ainda, o método arbitrário adotado pela polícia política. Ao utilizar-se da repressão generalizada, o DEOPS deixou escapar os grandes responsáveis pelo Partido Nazista no Brasil e encarcerou aqueles que pouca ou nenhuma relação tinham com o Partido. Na ânsia de mostrar à comunidade internacional que aqui o nazismo era combatido, o governo brasileiro falhou em muitos aspectos e puniu os menos responsáveis pelo aparato instalado à vontade de Hitler.



Outro grande mérito da obra é o contato com o pequeno cotidiano do esquema repressivo da polícia política. Os prontuários analisados pela historiadora relatam as idas dos oficiais do DEOPS às reuniões do Partido, às casas dos suspeitos e apreensão de objetos considerados também suspeitos – muitos destes anexados dentro dos prontuários – como provas do controle sobre o trânsito da comunidade alemã.

Caça às Suásticas faz parte da coleção “Histórias da repressão e resistência”, organizada pela Profa. Livre Docente da Universidade de São Paulo Maria Luiza Tucci Carneiro.

Em continuidade a este trabalho, Ana Maria Dietrich desenvolveu o Doutorado pela USP, cujo título é *Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil*, escrito em parte na Alemanha, em parceria com o Centro de Estudos sobre Anti-Semitismo da Universidade Técnica de Berlim e orientação do especialista alemão em nazismo, Prof. Wolfgang Benz. No Brasil, ela teve orientação de José Carlos Sebe Bom Meihy, do Núcleo de Estudos em História Oral – USP. Dietrich estendeu seu tema para analisar a história do partido nazista em todo o território brasileiro, em 17 estados, utilizando, para isto, documentos alemães pesquisados nos arquivos públicos e bibliotecas deste país e da Áustria.